



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a Sra. Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, informações sobre ações que estão sendo tomadas por esta secretaria para proteção de mulheres ameaçadas de morte no Pará.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, por meio da Mesa Diretora desta Casa, seja encaminhado pedido de informações a Sra. Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, informações sobre ações que estão sendo tomadas por esta secretaria para proteção de mulheres ameaçadas de morte no Pará.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocorreram no estado do Pará, entre 1964 e 2010, 914 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados por questões de terra. Desse total, 654 ocorreram no sul e sudeste do Pará. A CPT divulgou no início deste ano uma lista com o nome de 38 pessoas ameaçadas de morte no sul e sudeste do Pará por causa de sua luta pela posse da terra.



Segundo uma série de reportagem levada a cabo pelo jornalista Ismael Machado, o que chama a atenção da lista - além do fato macabro de pessoas ainda no século XXI e em pleno regime democrático e de direito serem alvos de pistoleiros em listas quase públicas -, é a quantidade mulheres relacionadas: dez.

Em um dossiê que esmiuça a violência no sul e sudeste do Pará, a CPT avaliou a violência que vitimou centenas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, advogados e parlamentares que lutam pela terra e pela reforma agrária, remonta principalmente o governo militar que, no início da década de 1970, começou a investir na ocupação da Amazônia. O sul e sudeste do estado do Pará, região de expressiva concentração de riquezas minerais e naturais, foi talvez onde esse processo se efetivou de maneira mais contundente

Os atores deste triste enredo são conhecidos: de um lado, ruralistas, grileiros, posseiros e pistoleiros. Do outro, ambientalistas, advogados, parlamentares, lideranças sindicais, rurais, indígenas e até mesmo religiosas. Num palco onde a lei do mais forte, do capital e dos interesses escusos, ainda prevalece.

A novidade deste cenário de violência é que as mulheres estão cada vez mais na linha de tiro, alvo de ameaças. Algumas convivem com essa marca há mais de uma década. Outras começaram a sentir mais recentemente o peso da sina de estarem marcadas para morrer.

Segundo o Relatório de Investigação 2005 da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), o estado do Pará representa 40% da superfície total desmatada no Brasil, e tem as taxas mais altas do país, tanto de escravidão como de ameaças aos defensores dos direitos humanos.



Câmara dos Deputados

Ante os fatos relatados, é nossa função e dever, cobrar e fiscalizar das autoridades responsáveis por combater estas ameaças reais e mortais, quais ações estão sendo tomadas para proteção destas lideranças, que tem que viver com um alvo permanente em suas vidas.

Sala das Sessões, em de junho de 2013.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA